

Catia Antonia da Silva
Organizadora

**PESCA ARTESANAL,
reflexões da Geografia,
História Social na análise
de geograficidades
e temporalidades**

Por uma compreensão do método
e de metodologias participativas

LETRAPITAL



CONSELHO EDITORIAL
SÉRIE LETRA CAPITAL ACADÊMICA

Ana Elizabeth Lole dos Santos (PUC-Rio)
Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
Ezilda Maciel da Silva (UNIFESSPA)
João Luiz Pereira Domingues (UFF)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Agostini Fernandes (PUC-Rio)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-Rio)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)
Waldecir Gonzaga (PUC-Rio)

Catia Antonia da Silva

ORGANIZADORA

PESCA ARTESANAL, REFLEXÕES
DA GEOGRAFIA, HISTÓRIA SOCIAL
NA ANÁLISE DE GEOGRAFICIDADES
E TEMPORALIDADES:
por uma compreensão do método
e de metodologias participativas

LETRACAPITAL

Copyright © Catia Antonia da Silva (org.), 2023

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA Jenyfer Bonfim

PROJETO GRÁFICO/EDITORIAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P561

Pesca artesanal, reflexões da geografia, história social na análise de geografidades e temporalidades [recurso eletrônico] / organização Catia 1. ed. : Letra Capital, 2023.

Recurso digital ; 6 MB

Formato: pdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7785-786-9 (recurso eletrônico)

1. Pesca artesanal - Brasil. 2. Pescadores - Condições sociais - Brasil. 3. Pesca - Aspectos ambientais - Brasil. 4. Livros eletrônicos. I. Silva, Catia Antonia da.

23-82286

CDD: 305.9639281

CDU: 316:639.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA
Tels.: (21) 3353-2236 / 2215-3781 / 993801465
www.letracapital.com.br

Sumário

Apresentação..... 7

A modernização e a produção social do espaço:
contextos e conflitos vivenciados pelos trabalhadores
da pesca artesanal nos estados da regiões sudeste e sul
do Brasil 15
CATIA ANTONIA DA SILVA

Tecendo uma proposta metodológica
para análise de territorialidades
e territórios tradicionais 40
CRISTIANO QUARESMA DE PAULA

Sobre estudos geográficos e a compreensão do
viver social e da ação política: experiências de pesquisa
participante na Resex Marinha de Canavieiras-BA 65
MARIO ALBERTO SANTOS

Geografias das existências, território, artes,
petrechos e técnicas na compreensão da pesca artesanal
na Baía de Sepetiba 83
CATIA ANTONIA DA SILVA
RODRIGO CORRÊA EUZEBIO

Espaço herdado, memórias, invisibilidade e interdição
do comércio de pescado no centro do Rio de Janeiro..... 120
LUIS JUNIOR DE SOUZA

Territorialidades Caiçaras em Cajaíba – saberes e
fazeres tradicionais na produção social do espaço 145
ABBUL MAHMEBB SAID
JOSÉ CARLOS DA SILVA

“O outro lado da modernização”: a Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico e as violações de direitos das comunidades pesqueiras tradicionais da Baía de Sepetiba (2005-2017).....	170
RAFAEL VAZ DA MOTTA BRANDÃO	
Aportes sobre as ordens de grandeza do setor pesqueiro e aquícola.....	190
EDUARDO SCHIAVONE CARDOSO	
Pesca artesanal e sistema técnico na Baía de Sepetiba (RJ) ...	211
RODRIGO CORRÊA EUZEBIO	
O observatório socioambiental da Baía de Sepetiba no contexto da história digital.....	232
PEDRO BENICIO ALMEIDA PINTO	
Metodologia de história oral e genealogia: um esforço criativo para compreender a comunidade tradicional Aldeia Imbuhy (RJ)	250
JAMYLLÉ DE ALMEIDA FERREIRA	
Um olhar imagético sobre as comunidades pesqueiras.....	266
NILO SÉRGIO D’ÁVILA MODESTO	
Sobre os autores.....	288

Apresentação

Os estudos sobre os temas da pesca artesanal, das comunidades tradicionais e dos conflitos socioambientais em contextos de comunidades costeiras têm sido ampliados nos campos da Geografia Humana e da História Social. Ao longo destes 20 anos de estudos, de orientações de jovens pesquisadores e de implementação da Rede Nacional de Geografias da Pesca, observamos que, diferentemente das contribuições antropológicas, a Geografia vem elaborando recortes e proposições teóricas e metodológicas, que articulam as experiências de produção social do espaço e de análise de território, como categorias de investigação experimentais, na reflexão sobre os modos de vida das comunidades pesqueiras, sem perder de vista os contextos de urbanização, de industrialização e de conflitos próprios dos usos do território por diversos agentes, com diferentes intencionalidades. Se a Geografia contribui com a compreensão das espacialidades (configurações espaciais) das relações de poder, dos confrontos territoriais (que se relacionam com fronteiras e com normatizações) e das escalas, como instrumentos de recortes e de metodologias, a História Social vem contribuir com este diálogo, sobretudo no colóquio entre a História Social do território e a História Social da cultura, quando coloca a discussão do tempo, das historicidades e das memórias como possibilidade metodológica de enfrentamento da compreensão de coletividades de trabalhadores e de trabalhadoras, que têm, como condição de vida, a experiência do extrativismo marítimo ou ribeirinho, a qual se constrói nas percepções de tempo e de espaço tecidas nos cotidianos vivido e experimentado.

A troca de saberes, o convívio e os diálogos com estes homens e com estas mulheres têm alterado as formas de fazer Geografia e História, aproximando as reflexões epistemológica e ontológica sobre tempos e sobre espaços sociais como categorias relativas e existenciais próprias.

O presente livro é fruto de discussões, de debates, de reflexões, de estudos e de atividades de pesquisas e de extensão, que têm, ao mesmo tempo, feito inferências sobre limites e sobre possibilidades de métodos e de metodologias na ponderação sobre o fazer científico, em diálogo com os saberes tecidos por homens e por mulheres comuns.

De fato, a compreensão do espaço social remete à responsabilidade sobre os usos da “natureza” e sobre o sentido destes usos, da mesma forma que a compreensão do tempo social como História e como ritmo (compassos que se relacionam às técnicas e às tecnologias) contribui decididamente para a consideração sobre a produção de fontes e de registros, bem como sobre rumações sobre as possibilidades metodológicas que limitam ou ampliam as possibilidades da produção e da difusão das informações e dos dados.

Certamente, nessas compreensões, nesses fazeres e nessas escolhas, a clivagem da ética se faz presente, ao trabalhar com processos de (in)visibilidades e de leituras do(a) outro(a).

Buscando tal objetivo, o primeiro artigo, escrito por Catia Antonia da Silva, trata sobre o modelo de modernização, que vem impactando a institucionalização da pesca, tornando trabalhadores da pesca, situados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, vulneráveis quanto ao acesso à regularização de documentos, ao Seguro Defeso, entre outros. Nesse sentido, a revisão bibliográfica geográfica contribui para a compreensão dos processos sociais e políticos, enquanto as análises geográfica e temporal são de grande relevância para compreender as similaridades e as diferenças socioespaciais das práticas pesqueiras e a resposta, frente aos avanços da modernização urbano-industrial.

O segundo artigo, de Cristiano Quaresma de Paula, sopesa os estágios territoriais da vida coletiva costeira. Iniciando-se pelas territorialidades, centradas nas áreas de moradia e de vivência, alcança o bom processo comunicacional entre os sujeitos comuns. Em um segundo estágio, a partir das territorialidades, conforma-se um território, para enfrentar o avanço de atores internos ou externos, que não estão inseridos no processo comunicacional – que regulamenta os usos –, o que resulta na necessidade de delimitá-lo. No terceiro estágio, o foco recai sobre os conflitos com outros atores, que avançam sobre os territórios, dessa forma as comunidades estabelecem formas de resistência, por meio da comunicação, da centralização e da delimitação do território tradicional ou efetivamente haverá a territorialização de outros grupos ou atividades. Os conceitos de espaço-tempo se tornam referências metodológicas para a compreensão de processos de modernização e de resistência, por parte dos pescadores e das pescadoras de pequena escala.

O artigo de Mario Alberto Santos tem, como centralidade, apresentar as referências teóricas e metodológicas sobre experiências de pesquisa participante na RESEX Marinha de Canavieiras (BA), somadas às contribuições da leitura fenomenológica do mundo e da ciência da cognição. O objetivo inclui a compreensão fenomênica do viver social e da ação política. Portanto, apresenta-se uma análise sobre as espacialidades e sobre as geograficidades, como meios de acesso a este universo de relações e de interações sociais, a partir do qual se dá também a ação política. Sob o ponto de vista metodológico, a intencionalidade participativa da pesquisa promove o encontro com o universo empírico e com a dialogicidade, pois o exercício do diálogo e o princípio da *episteme* adotados permitem a compreensão do universo social e dos modos de ser-e-estar no mundo, os quais são alheios aos do pesquisador. Admite-se que há, entre o viver social e

a ação política, um *continuum* experiencial ininterrupto, cujas substância e dinâmica traduzem seu fundamento e sentido geográficos, característicos da existência e da coexistência humanas.

Catia Antonia da Silva e Rodrigo Corrêa Euzébio apresentam, no seu artigo, os conceitos: Geografias das Existências, território e técnicas, na compreensão da pesca artesanal na Baía de Sepetiba. Os autores reconhecem a pesca, enquanto um fenômeno espacial complexo e diversificado no contexto territorial brasileiro. A problemática das artes de pesca, identificadas como técnicas na pesca artesanal, é de difícil entendimento, devido, de um lado, à complexidade de objetos, de ferramentas, de fazeres, que se relacionam com as condições e com os recursos locais; de outro lado, pela difusão das inovações tecnológicas existentes e impulsionadas pelo mercado e pelo Estado, que vão impactar os locais de forma diferenciada. Compreender a pesca artesanal e as suas espacialidades no mundo dos objetos é um desafio complexo, em que a escala local permite conhecer os sentidos de lugar e de cotidiano, categorias analíticas que ganham sentidos epistemológico e metodológico, buscando compreender as tessituras da arte do fazer dos pescadores e os conflitos ocorridos com a difusão tecnológica dos petrechos e com as implementações das normas do Estado.

No artigo *Espaço herdado, memórias, invisibilidade e interdição do comércio de pescado no centro do Rio de Janeiro*, Luis Junior de Souza analisa a interdição do comércio de pescado na Praça XV Novembro e seus rebatimentos na reprodução social dos trabalhadores do mar, na metrópole do Rio de Janeiro, a partir da renovação urbana da área central, materializada no projeto Corredor Cultural, na década de 1980 a 1991, ano da desativação do Entreposto. Para tanto, são estabelecidos nexos entre o espaço e a memória, com possibilidade de entendimento entre passado e presente, referente à repressão ao comércio de pescado, aos discursos produzidos pela mídia impressa e às consequências

da desativação do Entreposto para os trabalhadores do mar no período em tela.

Abbul Mahmebb Said e José Carlos da Silva apresentam o artigo sobre o conceito de territorialidade, sobre geograficidade e sobre historicidade, para compreender os saberes e os fazeres dos caiçaras em Cajaíba (em Paraty (RJ)), quanto à produção social do seu espaço, objetivando apreender a trama de relações com a natureza, que envolvem os saberes e os fazeres tradicionais na produção social do espaço destes sujeitos. Mobilizando o método da História Oral, baseado nas narrativas dos sujeitos em foco e na nossa própria vivência cotidiana, no cenário caiçara, foi possível identificar uma profunda interação com a natureza, a partir das territorialidades construídas nos interstícios das geograficidades e das historicidades cotidianas. Observa-se que o vínculo destes com a terra e com o mar, bem como suas afetividades e vivências autênticas com o lugar, constituem-se por suas próprias percepções da natureza vivida, em que a leitura da paisagem terra-mar-céu é elemento fundamental na construção dos saberes e dos fazeres coletivos das comunidades. Assim, a valorização cultural e o cotidiano vivido, com suas representações simbólicas e com suas territorialidades, forjam-se na afirmação da identidade caiçara, frente à produção dos tempos e dos espaços de existência dos sujeitos.

O artigo de Rafael Vaz da Motta Brandão tem o objetivo de analisar, na perspectiva histórica recente, as violações de direitos das comunidades pesqueiras da região da Baía de Sepetiba, impactadas pela construção do complexo siderúrgico-portuário da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). As obras da TKCSA, iniciadas em 2006, foram marcadas por acidentes e por irregularidades trabalhistas, além de desrespeitos à legislação ambiental e de isenções fiscais, lesivas ao interesse público. Além disso, a siderúrgica foi responsável por uma série de impactos negativos nas condições de vida e de trabalho

das comunidades de pescadores artesanais da região da baía, como danos à saúde, resultantes da poluição atmosférica e da contaminação do ar por metais pesados; limitação do espaço de circulação dos barcos, em razão da criação de zonas de exclusão de pesca, para a passagem de grandes navios cargueiros; e a contaminação das águas da baía e o desaparecimento de peixes e de outras espécies marinhas.

Eduardo Schiavone Cardoso, em seu trabalho, expõe a análise das ordens de grandeza dos setores pesqueiro e aquícola no Brasil e no mundo, a partir de um conjunto de dados nacionais oficiais, disponíveis a partir da década de 1980, buscando identificar suas tendências de comportamento no tempo e no espaço, especialmente em termos de produções pesqueira e aquícola e de organização do trabalho nestes segmentos produtivos.

O próximo estudo, de Rodrigo Corrêa Euzebio, observa que a atividade da pesca artesanal em contexto metropolitano não está alheia às mudanças do território provocadas pela modernização. A reestruturação produtiva em curso em diversas metrópoles dos países latino-americanos favorece os agentes do circuito superior, na medida em que equipa os lugares para oferecer maior competitividade para empresas de diversos setores, dentro da economia global. Por outro lado, para os agentes do circuito inferior, esse processo resulta em um conjunto de transformações de uso do território e da técnica, com maiores restrições de ação e com aumento das desigualdades sociais. A pesca artesanal se insere nas atividades que passam por mudanças importantes em suas condições, diante da modernização em curso.

O Observatório da Baía de Sepetiba é um projeto de pesquisa, cujo objetivo é de contribuir para o entendimento da realidade da Baía de Sepetiba, através da constituição de uma plataforma digital que reúna estudos, dados e diagnósticos sobre a localidade. Diante disto, Pedro Benicio Almeida Pinto avalia

o papel deste Observatório, no que se refere às mitigações de possíveis danos e conflitos, e tenta alcançar os diferentes atores e possibilitar o diálogo entre os distintos sujeitos do território da Baía de Sepetiba, utilizando-se, também, do diálogo com o campo da História Digital. No cenário da História do tempo presente, os sistemas virtuais trazem novas possibilidades de acesso às informações, que acabam produzindo novas maneiras de pensar e de fazer.

Jamylle de Almeida Ferreira divulga as narrativas, que expressam a consolidação das memórias de uma antiga moradora, como representante do modo de vida da extinta Aldeia Imbuhy, localizada no bairro pesqueiro de Jurujuba, em Niterói (RJ). O espaço em questão, ocupado, pelo menos, desde 1863, constituiu o objeto de pesquisa de doutorado da autora, que utilizou, como metodologia, a História Oral, e, como ferramenta, a Árvore Genealógica. Essa conjugação, que não foi previamente planejada, demonstra que não basta escolher uma metodologia de pesquisa; é preciso estar preparado para responder, de forma criativa, aos problemas que podem ser gerados pela sua aplicação à realidade.

Por fim, o artigo de Nilo Sérgio d'Avila Modesto enfoca a representação social das comunidades pesqueiras, a partir de um olhar imagético, utilizando fotografias, tomando como base os estudos de Howard S. Becker, complementando-o com conceitos de Antônio Gramsci. O objetivo principal do autor é de expor as potencialidades da contra-hegemonia resistente deste grupo subalterno, frente ao poder hegemônico dominante.

O presente livro é fruto do projeto *Estado, território e participação social: elaboração de metodologias participativas para a contribuição da Rede de Geografias da Pesca*, que recebe apoio da FAPERJ, por meio do edital Apoio a Projetos Temáticos/2019; do CNPq, pela Bolsa Produtividade período 2019-2022; e do Programa PROCiência, da UERJ. Agradecemos, também, a docentes e a estudantes da Rede Nacional Geografias da Pesca e do

Núcleo de Pesquisa e Extensão: Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas, do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em História Social e do Programa de Graduação em Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A modernização e a produção social do espaço: contextos e conflitos vivenciados pelos trabalhadores da pesca artesanal nos estados da regiões sudeste e sul do Brasil

CATIA ANTONIA DA SILVA¹

Resumo: As modernizações urbano-industrial e normativo-legal vêm atuando na produção social do espaço e atingem a pesca artesanal nos estados da região Sudeste. A partir das experiências de investigação no estado do Rio de Janeiro, nesses últimos seis anos, o novo projeto visa aprimorar os instrumentos teóricos e metodológicos sobre os estudos da espacialidade da pesca artesanal e sobre os impactos causados por grandes agentes, buscando investigar tais questões na escala regional do Sudeste brasileiro (estados de Minas Gerais, de Espírito Santo e de São Paulo). O objetivo do presente trabalho é de refletir sobre o modelo de modernização, que vem impactando a institucionalização da pesca, tornando trabalhadores da pesca vulneráveis, quanto ao acesso à regularização dos documentos, ao Seguro Defeso, etc., razão pela qual a revisão bibliográfica geográfica contribui para a compreensão dos processos sociais e políticos.

Introdução

Do ponto de vista do tema, verificamos que a pesca artesanal é importante posto de trabalho e de economia no Brasil; destaca-se como circuito produtivo, em que, na maioria das vezes, o trabalhador é dono dos meios de produção, que são, em geral, o barco, a rede, os petrechos e a técnica de pescar. Faz parte dos circuitos produtivos a coleta de pescado

¹ Professora titular do Departamento de Geografia, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

e a maricultura, o beneficiamento, a venda em atacado e em varejo, a produção de redes, a compra e venda de embarcações, o conserto de redes e de embarcações, entre outras atividades análogas. Muito antiga, tem origem nas técnicas indígenas e nas artes portuguesas e espanholas de navegar, de pescar, de produzir redes e de elaborar embarcações, remontando, a atividade, ao Período Colonial. Desde este período, a atividade da pesca passa por diversas formatações institucionais realizadas pelo Estado.

Do ponto de vista da estruturação do setor, as pescas artesanais marinha e continental têm características diferenciadas de estrutura e de trabalho, no que se refere às outras modalidades de pesca. Propomos trabalhar e dar mais importância aos trabalhadores da pesca artesanal, que estão em núcleos bastante dispersos, que são mais numerosos e mais precarizados, que produzem em pequena escala, que usam pouca tecnologia e que têm restrições de mobilidade espacial – normalmente, indo de casa para os pesqueiros e vice-versa. Igualmente, os pescadores e as pescadoras em foco têm maiores dificuldade de acesso aos direitos trabalhistas e às políticas públicas.

Estado e institucionalidade da pesca artesanal: modernização, contradições, conflitos e direitos

É na mediação escalar que buscaremos compreender a pesca artesanal, dentro da reflexão sobre a produção social do espaço, considerando a modernização como um conjunto de ações e de intenções de diferentes agentes econômicos e políticos, que se apoiam no modelo da secularização, que interfere na História Social dos lugares, rompendo cotidianos e sociabilidades locais (MARRAMAIO, 1997). Na modernização, braço prático dos modernismos e do projeto de modernidade, de acordo com Lefebvre (2004), com Harvey (2001), com Marx (1989) e com Marramaio (1997), os grandes agentes produtores do espaço são os intelectuais e os técnicos – incluem-se, aqui, os agentes de Estado e de empresas e os políticos, que impõem ideologias de mudanças como formas de “progresso”, que modificam permanentemente o espaço. O conflito territorial é categoria

analítica que nasce das contradições entre a intenção permanente de acumulação de capitais, a destruição produtiva e a negação da história dos sujeitos e dos lugares (BEURET; CADORET (2014); LEFEBVRE (2011); MONIE (2011)).

Lefebvre (2001, 2004) lembra de que o espaço é tecido por ordens distantes (do Estado, da economia e das instituições globais) e próximas. Observamos, também, nas geografidades (construções cotidianas do espaço vivido e concebido), as ordens distantes, sejam as do Estado, sejam as dos grandes agentes econômicos.

De fato, a reflexão de Souza (1999) sobre as relações do espaço geográfico e a racionalidade do Estado, e seu remetimento às obras de Milton Santos, com destaque para o livro *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (1996), que observa que o território pode ter duas concepções: como espaço geográfico, ou seja, espaço banal, construção social de todos, que se inscreve em normas do lugar e por formas de solidariedade, que produzem a ordem cotidiana próxima; e como território normado, ou seja, território da ação de atores hegemônicos, regulado por normas distantes, principalmente as do Estado e as das grandes empresas. Entretanto, as ordens nacional e global, ou distantes, derivadas das intencionalidades das empresas e das normas do Estado, buscam alterar o território, para promover a soberania das suas intenções, muitas vezes, negando os interesses e as histórias e espacialidades dos sujeitos locais. Essas normas de origem estatal se baseiam no que Weber (2000) chama de dominação legal burocrática, regulada pela racionalidade instrumental, referente à escrita da lei e à calculabilidade, que se aproxima dos interesses e da gestão econômica. Afinal, boa parte da legislação garante o Estado de Direito ou a função social da cidade, além da propriedade e dos interesses econômicos.

Sobre as ordens, Santos esclarece:

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade. (Santos, 1996, p. 213)

Do ponto de vista da Geografia, Milton Santos (1996) contribui para o pensar sobre as dimensões da natureza do espaço, sobre as escalas do lugar e do cotidiano, sobre a realização das ordens globais, que nem sempre se realizam plenamente. No campo dos direitos sociais dos trabalhadores da pesca, observamos limites no acesso a direitos, sejam os limites institucionais e políticos de ação estatal sobre a pesca, tais como redução de direitos sociais, sejam os ditos direitos ambientais, que proíbem áreas à pesca. Santos diz que a ordem global é “desterritorializada”, ou seja, o ponto de comando não é o mesmo do ponto de ação local, desse modo as gerências municipais ou estaduais apenas obedecem ao comando dos ministérios e estes, aos comandos da Presidência da República e dos legisladores. Santos (1996) explica que esta ordem é composta por ações, cujo “‘espaço’, movediço e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos (SANTOS, 1996, p. 231), enquanto o lugar, ou seja, a ordem local, é marcada pela “reterritorialização”, processo tecido pelas sociabilidades, pelas comunicações e pelas tensões entre pessoas, instituições e empresas, que dão vida aos conflitos e às lutas, frente à ordem global. Essa ordem local é a vida coletiva, o lugar das existências, no sentido de Sartre (1979) – em que corpos e instituições se enfrentam e confrontam valores e ações, muitas vezes, com comparação de sentido de ações, sobretudo no contexto atual da História, marcado pelo paradigma administrativo, fundamentado na dominação burocrático-legal cada vez mais crescente, principalmente com a informatização da sociedade (GRAMSCI, 2001; POULANTZAS, 2000; RIBEIRO, 1998 [2013]; WEBER, 2000).

O Estado, ao longo da República, quer em períodos democráticos, quer em períodos autoritários, apresenta-se como monopolizador da violência e da autoridade, conforme ensina Poulantzas (2000); sua intervenção no mundo da pesca artesanal surge na perspectiva do controle de pessoas, do controle de excedentes e de controle de território.

A intervenção para agraciar alguns grupos de interesse tem, como bases, as ideologias do desenvolvimento e do progresso,

seguindo as lógicas da urbanização e da industrialização, mediando subsídios e empréstimos, desde o governo de Getúlio Vargas na década de 1930.

Paralelo ao projeto modernizador de produção do Brasil urbano-industrial, a partir do tripé capital nacional, Estado e capital internacional, a pesca passa por um processo de inovação, por meio do surgimento de normas e de políticas públicas para o setor.

Destacamos as três maiores fases históricas de marco regulatório da pesca: 1. Anos 1920-1930, com a criação das entidades mediadoras e controladoras, política e ideologicamente, por meio de ações efetivas nas vidas social e econômica daqueles que se subordinavam a elas; 2. Anos 1960-80, com a primeira política nacional de desenvolvimento da pesca, com ênfase para a pesca industrial; e 3. Anos 2000-2010, com nova política nacional de desenvolvimento, que, desta vez, além de fomentar as pescas artesanal, industrial e ornamental, também fomenta a aquicultura. A ossatura do Estado se torna complexa, bem como se intensificam a disputa por recursos e os interesses políticos. Atualmente, a atividade da pesca também passa por processos de especialização e de divisão social do trabalho, criando-se a pesca industrial, a pesca amadora e a pesca artesanal, além da aquicultura. De acordo com a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que regulamenta a atividade, a pesca é toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. O artigo 4º do código observa que a atividade pesqueira compreende todos os processos de pesca, de exploração e exploração, de cultivo, de conservação, de processamento, de transporte, de comercialização e de pesquisa sobre os recursos pesqueiros. Consideram-se atividades pesqueiras artesanais, para os efeitos desta lei, os trabalhos de confecção e de reparo de artes e de petrechos de pesca, os consertos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento dos produtos da pesca artesanal, desse modo, conformando o circuito produtivo da pesca artesanal. O lado mais fraco da pesca, o dos pescadores artesanais, é marcado por séries de conflitos e de dificuldade de acesso a direitos sociais, a direitos trabalhistas e a políticas públicas, tais como a dificuldade de obtenção do Registro

Geral de Pescador artesanal profissional, junto ao Ministério da Agricultura, à Secretaria Federal de Pesca e da Aquicultura, o custo de exploração do Seguro Defeso (seguro desemprego), e os problemas para a consecução dos direitos previdenciários, apesar de a atividade da pesca artesanal ser regulamentada pelo Estado, desde os anos 1920 (SILVA, 2014, 2015, 2016).

Modernização, globalização e formas de resistências regionais: o Sudeste e as geografidades dos movimentos

Os estudos geográficos e históricos da atividade da pesca no Brasil são muito raros, o que dificulta as proposições epistemológica e metodológica. Na escala regional, esses estudos tornam-se ainda mais raros, uma vez que, em geral, há a valorização e a melhor compreensão da atividade na escala local, pelas ênfases dadas ao lugar e ao cotidiano na análise. Eis o desafio de nossa pesquisa: como avançar da escala do lugar para a compreensão da escala regional-estadual, sem perder de vista a compreensão da relação entre o lugar, o cotidiano, as historicidades e as geografidades, tecidas pelos pescadores e pelas pescadoras artesanais, nas suas relações sociais e identitário-culturais?

A escala regional não é mais ou menos importante do que as outras escalas. Para a Geografia, a importância da escala tem a ver com o recorte do objeto de análise. Nesse caminho, nossa investigação abrange os impactos da modernização nas áreas de pesca artesanal, levando em conta a categoria sincronia (estado ou condição de dois ou mais fenômenos ou fatos que ocorrem simultaneamente, relacionados entre si ou não). Essa categoria aparece na reflexão feita por Milton Santos (1996), em relação aos eventos, isto é, às verticalidades e horizontalidades das ações dos agentes nas diferentes escalas geográficas. Além disso, tem havido apropriação dos termos território e região na luta dos movimentos sociais, tornando-os categorias políticas e instrumentos, corporificados em ações e em estratégias de luta e de resistências. Por exemplo, em 2015, foi criada a Articulação dos Pescadores e Pescadoras Sul e Sudeste (APPSULSE), dadas as necessidades de

atuar nas escalas regionais e de propor formas de mediação entre as localidades (lugar) e a escala nacional, buscando a visibilidade dos problemas e a reivindicação de demandas das entidades e das comunidades locais. Em 2016, em seu primeiro encontro regional, em Paranaguá (PR), os pescadores e as pescadoras participantes da APPSULSE elaboraram quadros de problemas e de demandas, que demonstravam a regionalização e a forma sincrônica dos eventos, dos conflitos e das estratégias de luta. Em 2018, o terceiro encontro regional da Articulação dos Pescadores e das Pescadoras do Sul Sudeste aconteceu no Rio de Janeiro, em que se conseguiu articular uma pauta, cuja escrita se iniciou em 2015 (ANEXO A). Nesse documento de reivindicações, aparecem os problemas de acesso a direitos trabalhistas e previdenciários, questões de saúde e de perdas de territórios pesqueiros, seja por expansões de novos empreendimentos, que produzem áreas de contenção à pesca, seja por ampliação da poluição urbano-industrial e de questões logísticas, seja pelo aumento de unidades de conservação exclusiva, que impedem a manutenção das comunidades tradicionais, seja por conflitos com agentes locais.

A articulação das multiescalaridades contribui para o estabelecimento de diálogos entre o regional e as redes de atores, sendo compreendida, também, como escala de dominação e de estratégias políticas de resistências e de luta e escala local (em diálogo com a categoria lugar), em que se valorizam as dimensões espaciais das sociabilidades e do cotidiano como espaços de existência de culturas da pesca artesanal e de relações com o trabalho e com a comunidade. Na pauta de narrativas e das reivindicações, aparecem os agentes nacionais e globais e os impactos destes nas escalas regionais e locais.

De acordo com Haesbaert (1999), nos contextos da globalização, o conceito de região ganha atualização, ao valorizar a compreensão das diversidades territoriais, reconhecendo as desigualdades econômicas e as especificidades culturais nas formas de consideração das singularidades, frente à globalização. Para o autor, o conceito de região se torna mais complexo com o jogo do global-local e com a identificação do recorte escalar no âmbito das Ciências Sociais, da Política e das estratégias de ação em rede, pelos movimentos sociais. De acordo com

Scherer-Warren (2006, 2008, 2012, 2014), as estratégias de lutas permitem que a consciência espacial se construa e que os sujeitos se organizam em redes, para fortalecer as diferentes experiências e para buscar formas de reivindicações e de manifestações. É por meio da rede ampliada regional que a visibilidade da luta ganha as escalas nacionais e internacionais da mídia e que as estratégias políticas assumem uma dimensão para além da escala local (HAESBAERT, 1999, SCHERER-WARREN, 2014)

Assim, reconhecemos em Milton Santos (1996) a atualização do conceito de região na identificação da especialização dos espaços, nos contextos das divisões social e territorial do trabalho. No conjunto da economia política do território, os empreendimentos produzem suas escalas de ação regionais, obedecendo a estrutura dos circuitos produtivos espaciais, que passam do local ao global, alterando e articulando interesses locais, estaduais, nacionais e internacionais. Dessa forma, ao valorizarmos a escala regional, não perdemos de vista a dimensão dos processos de urbanização engendrados pela logística portuária, pelos grandes complexos industriais e pelos avanços do turismo nas localidades das comunidades tradicionais.

A valorização desta escala regional no projeto vai ao encontro da reflexão proposta por Santos (1996) e por Haesbaert (1999), em que se reconhece as ações das empresas, do Estado e dos movimentos sociais na produção de diversidade territorial, de diferenças de áreas e de mediações entre o local, o nacional e o global. Tal se deve aos limites de estudar somente a escala local no contexto da pesca artesanal, ainda que muitas das tessituras se inscrevam no lugar e no cotidiano. Desse modo, o presente texto procura privilegiar as duas escalas: a regional e a do lugar, para alcançar a compreensão dos impactos dos projetos modernizadores na pesca artesanal.

Geograficidades e o papel da Geografia nas narrativas das existências pesqueiras

É necessário que haja muitas expedições, acompanhamentos de campo, reuniões e oficinas, para entender as vivências e as

formas existenciais dos atores de pesca artesanal, que incluem o trabalho, os trajetos no espaço e no tempo (geograficidades e espacialidades), sua relação com a vida urbana (como é o caso dos pescadores que vivem a expansão das áreas urbanas e metropolitanas) e com a vida rural (como é o caso dos pescadores agricultores de Januária e de Brumadinho). Essas vivências e formas de existência dão configuração e vida às geografias das existências dos pescadores, que, no mundo moderno dos séculos XX e XXI, interagem e sofrem cada vez mais os impactos dos intercâmbios com o mundo global, seja com as empresas, seja com os órgãos de Estado. Dessa forma, as geografias tecidas no cotidiano e no lugar, eivadas de ordens regionais e locais, interagem e agem com ordens globais, marcadas pela dominação burocrático-legal e pelas racionalidades instrumentais.

A condição de método

As referências metodológicas transdisciplinares, que se inscrevem no diálogo do campo das Ciências Humanas e da Filosofia, levando em conta as análises geográfica e das Ciências Sociais e Naturais, têm três princípios norteadores: (1) o princípio da produção social do espaço e da ecologia humana, no qual os impactos da modernização alteram o cotidiano e o lugar e rompem com a história dos lugares (comunidades e biodiversidades) – história, esta, compreendida na tessitura da vida cotidiana, no caso dos pescadores e dos moradores do lugar; (2) o princípio da vulnerabilidade socioambiental, em que os níveis e as tipologias de conflitos na interação entre agentes e o ambiente são de grande relevância para a identificação das vulnerabilidades e dos graus de (in)sustentabilidades social e ambiental – a compreensão da tipologia e dos níveis de conflitos pode ser feita pela inclusão de indicadores de vulnerabilidade e de sustentabilidades social, ambiental, econômica e política; e (3) o princípio da participação social fundamentada na governança socioespacial, marcado pelos pressupostos da gestão compartilhada de responsabilidade de atores públicos, privados e da sociedade civil.

Apartir da apreensão detalhada da realidade enfocada, buscare-se-ão elementos para a formulação de políticas socioculturais-

ambientais, tais como acordos de pesca, gerenciamentos pesqueiro e costeiro, empoderamento sociocultural, etc. Desse modo, os conceitos norteadores são: produção social do espaço; conflitos socioambientais; vulnerabilidade socioambiental e sustentabilidade; e governança socioespacial.

A segunda referência se inscreve nos conceitos de geografias das existências e de território normado (RIBEIRO, 2013; SANTOS, 1996; SARTRE, 1979; SILVA, 2014, 2013, 2020). As geografias das existências se tornam orientações metodológica e epistemológica, que têm, como tema de reflexão, a dimensão existencial da vida coletiva, tratando das densidades da experiência cotidiana, dos trajetos e das estratégias vividas e reguladas pelo trabalho.

A compreensão da produção social do espaço, caracterizada pelos contextos das regiões Sudeste e Sul, articulados às escalas nacional e internacional, tornam a Baía de Sepetiba, por exemplo, uma região-lugar de múltiplos usos, com agentes de diferentes escalas geográficas de ação, logo o entendimento do conceito de território usado é fundamental para a apreensão do resultado da intensificação de usos, sem a regulação harmônica e o respeito mútuo, o que acaba por acirrar contextos de conflitos territoriais profundos.

De fato, a reflexão de Souza (1999) abrange as relações entre o espaço geográfico e a racionalidade do Estado, com base nas obras de Milton Santos, com destaque para o livro *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção* (1996), que analisa as duas concepções de território: o território como espaço geográfico, ou seja, o espaço banal, uma construção social de todos, que se inscreve nas normas e nas formas de solidariedade do lugar, que produzem a ordem cotidiana próxima; e o território como espaço normado, ou seja, o espaço de ação dos atores hegemônicos, regulado por normas distantes, provindas principalmente do Estado e das grandes empresas.

Na escala do lugar, a vida de relações que compõe as geografias das existências, ou seja, as práticas e os sentidos de ação, que conformam e validam a vida coletiva, em que se tecem as formas de comunicação e as ações de solidariedade que organizam o tecido social, é diferente da da ordem global,

ou ordem distante, como já ensinava Santos (1996), pois as normas do Estado buscam regular o território, dentro de uma lógica de soberania nacional, cujo exercício confronta, acirra e é questionado no âmbito do lugar.

É nesse sentido que Weber (2000) denomina a norma como dominação legal burocrática, pois esta é regulada por uma racionalidade instrumental, referente à escrita da lei, que torna próximas a gestão econômica calculista e a onipresença do ente estatal (nas formas de controle e de domínio, sem a presença direta dos governantes, mas por meio do quadro de funcionários públicos).

Por outro lado, a governança é colocada como corporativa, quando se impõem para defender os interesses das empresas articuladas ao Estado, e o campo de luta se caracteriza pela batalha de uma administração que abarque a participação dos movimentos sociais na disputa pelos direitos sociais, ambientais e territoriais (SOUZA, 2018). Desse modo, a defesa do direito ao território pesqueiro, por parte das lideranças de pescadores, inscreve-se na proteção ambiental.

Por fim, na ponta do processo, encontramos os pescadores artesanais, convivendo com estas problemáticas, junto com processos como: assoreamento, poluição, sobrepesca e restrição da sua atividade. Ou seja, estão sofrendo cada vez mais os impactos de uma intensa urbanização, trazida pelos grandes empreendimentos, ligados a várias atividades, como mineração e extração de petróleo, que impactam suas áreas de pesca, causando grandes danos ambientais, como derramamentos de óleo.

O ponto de partida da pesquisa é a reflexão metodológica sobre as geografias das existências e sobre o território normado (racionalidades institucionais, legais e coercitivas) para estabelecer elos conceituais entre Estado e participação social.

Partimos do pressuposto de que a metodologia, como ensina Lefebvre em *Lógica formal e lógica dialética* (1991), é uma mediação, em relação aos métodos lógicos e dialéticos, entre os campos científicos e filosóficos. Inicialmente, a metodologia era descrita como parte da lógica, que se focava nas diversas modalidades de pensamento e na sua aplicação. Posteriormente, a noção que a metodologia era algo exclusivo do campo da

lógica foi abandonada, uma vez que, assim como mundo está em movimento, o pensamento também está em movimento. Nesse sentido, a metodologia dialoga com três naturezas epistêmicas, como pontos de partidas e de ação: 1. Compreensão analítica da existência coletiva e do papel da produção social do espaço – fundamentada no método dialético, que permite identificar as relações entre ordem global estatal e as dimensões do lugar e do cotidiano, e, nesse contexto, como se constroem as narrativas dos pescadores, em relação a sua condição humana e as suas relações com o território e com as normas –, cujo principal procedimento é o levantamento de dados secundários nos órgãos públicos (MAPA, MMA, INSS, MPF, MPRJ, FIPERJ, CAMARA ESTADUAL, CÂMARA FEDERAL), nas portarias e nas instruções normativas dos poderes executivos, além de referências conceituais, que contribuem no entendimento da elaboração do território normativo e na sua atualização (o projeto também modernizará o banco de dados e os mapeamentos da economia da pesca, o quadro de acesso às políticas públicas e os conflitos territoriais); e 2. Desenvolvimento de metodologias dialógicas, em que se confrontará leituras de mundo, ideologias de intelectuais gestores e pesquisadores e de pescadores, frente à problematização do direito ao trabalho e das ações governamentais, que constroem a dimensão política da ação sobre o espaço geográfico – incluindo o método da Cartografia da Ação Social (RIBEIRO, 2001).

Desse modo, busca-se desenvolver a metodologia de uma cartografia de ação, que consiga mapear os conflitos e as conquistas, postas no debate e na ação da luta dos pescadores, na alteração de marcos regulatórios, como foi visto, a partir da Constituinte de 1985, e de novos decretos e leis, a partir dos anos 2000.

Assim, a pesquisa, ao mesmo tempo em que estará analisando os espaços de debates e os cenários de participação social sobre a Baía de Sepetiba, conforme os objetivos específicos, buscará investigar os espaços de luta dos pescadores e as estratégias das empresas na construção de uma governança territorial, por meio da realização de entrevistas com lideranças, com procuradores e com defensores, técnicos e gestores, para identificar conflitos e

consensos no território disputado e a utilização de instrumentos digitais, como observatórios e aplicativos, como mediadores de participação social.

Referências

- MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana do mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- MAIA, Maria Bernadete Rei. **Do defeso ao seguro desemprego do pescador artesanal: a inclusão do pescador nas políticas públicas de seguridade social**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009.
- PAULA, Cristiano Quaresma de. **Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal: Fórum Delta do Jacuí (RS)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RESENDE, Alberto Toledo. **O papel do Estado no controle territorial e sua relação com a estruturação da atividade pesqueira brasileira na Primeira República**. 2010. 153f. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2010.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo. In: RIBEIRO, Ana Clara T. **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. v. 3, p. 95-116.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al.* Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR**, ano XV, n. 2. p. 124-140, 2001.
- SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 308 p.
- SARTRE, J. **O existencialismo é um humanismo**. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1979.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola,

2014. 141 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. Curitiba: Appris, 2012. 200 p.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais**. Um Ensaio de Interpretação Sociológica. 3. ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, p. 109-130, 2006.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, set./dez. 2008.

SEMERARO, G. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 08 maio 2009.

SILVA, C. A. **Impactos da mineração na vida dos pescadores artesanais do rio Paraopeba**: Dossiê Brumadinho. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

SILVA, C. A. (org.). **Pesca artesanal e a produção do espaço**: desafios para reflexão geográfica. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. 171 p.

SILVA, C. A. **Política pública e território**: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 125 p.

SILVA, C. A.; CAMPOS, A. (org.). **Metrópoles e invisibilidades**: da política às lutas de sentidos da apropriação urbana. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. 192 p.

SILVA, C. A.; PAULA, C. Q. (org.). **Brasil e Moçambique**: diálogos geográficos sobre pesca artesanal. Rio de Janeiro: Consequência, 2016. 222 p.

SILVA, C. A.; RAINHA, F. A.; CORREA, R. E.; SOUZA JUNIOR, L. **Atlas da pesca artesanal no Rio de Janeiro**: contextos e geografias das existências. São Gonçalo, 2018.

SOUZA, Maria Adélia A. de. **Território, soberania e mundo novo**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1999. 10 p.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em Geografia. **GEOGRAPHIA**, Niterói, UFF, jul. 2002.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

TUAN, Y-F. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo, DIFEL, 1983.

TUAN, Y-F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo, DIFEL, 1980.

VIEIRA, C. E. Cultura e Formação Humana no Pensamento de Antonio Gramsci. **Educação e Pesquisa**, USP, v. 25, n. 1, p. 51-66, 2000.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política**. São Paulo: Ática, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 2000. Vol. 1.

ANEXO A

QUADRO DE PROBLEMAS, DEMANDAS E ENCAMINHAMENTOS DA ARTICULAÇÃO SUL E SUDESTE, APONTADOS PELO III ENCONTRO DA ARTICULAÇÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS DO SUDESTE E SUL

ÁREA GEOGRÁFICA	PROBLEMA	DEMANDA
NACIONAL	Não tem defeso para o sururu (origem da demanda: pescadores do Espírito Santo)	Estudos para defeso do sururu em escala nacional
	Problemas de saúde específicos dos pescadores: câncer de pele, vulnerabilidade a mosquitos, caso das marisqueiras que necessitam de atendimento ginecológico em função contato com água e lama. Falta de atendimento médico efetivo.	Fornecimento de protetor solar e repelente. Reconhecimento do Ministério da Saúde de necessidade de atendimento diferenciado dos pescadores e pescadoras
	Comunidades de pescadores não são beneficiadas pelos royalties do petróleo	Melhorar a discussão dos royalties
	Falta de fiscalização	
	Dificuldade de acesso aos direitos previdenciários (defeso e aposentadoria)	Solicitar o Acordo de Cooperação Técnica com o INSS, para que as entidades da Articulação Sul Sudeste sejam reconhecidas como entidades representativas dos pescadores
	Pagamento do defeso do guaiamum não corresponde ao período de proibição da coleta	Ampliação do número de parcelas do Defeso do Guaiamum (5 para 6), acompanhando o período de defeso
	Atendimento Despreparado para as demandas do pescador artesanal no INSS	Qualificação dos atendentes do INSS para atendimento adequado aos pescadores artesanais
	Lixo nas águas	Fazer valer a política Nacional de Resíduos Sólidos, logística reversa, para que as empresas incentivem os pescadores a trazer o lixo das embarcações de volta para terra
ÁREA GEOGRÁFICA	PROBLEMA	DEMANDA

SUL – SUDESTE	<p>RGP</p> <p>Criminalização dos Pescadores devido à falta da carteira de pesca.</p> <p>Burocracia: não há unificação dos órgãos, exigência diferenciada (vários tipos de documento: protocolos etc.). Vulnerabilização do pescador (fiscalização e criminalização)</p>	<p>Unificação dos procedimentos dos órgãos da gestão pesqueira e ambiental (documento único).</p> <p>Emissão das carteiras</p> <p>Validade mínima de 5 anos para as carteiras</p>
	<p>Licenciamento por empresa sem considerar aglomeração de empresas na mesma área</p>	<p>Em áreas de sobreposição de empreendimentos os impactos têm que ser considerados de forma sistêmica (impactos acumulados)</p>
	<p>Falta de reconhecimento da cultura dos pescadores tradicionais</p>	<p>Tombamento junto ao IPHAN do conhecimento tradicional associado à pesca artesanal.</p> <p>Tombamento de petrechos e vilas</p>
	<p>PRONAF Falta de política de fomento para pesca artesanal</p>	<p>Criação de linhas de crédito do PRONAF para fomentar o cooperativismo.</p>
	<p>Falta de reconhecimento dos territórios da pesca artesanal.</p> <p>Criação de Áreas Protegidas em áreas historicamente habitadas por comunidades tradicionais. (Paraná: foram decretadas Unidades de Conservação (PARNA Superagui, APA Guaraqueçaba, ESEC Guaraqueçaba) expulsando 15 comunidades tradicionais.</p>	<p>Reconhecimento dos territórios da pesca artesanal, de acordo com a OIT 169.</p> <p>Criação de protocolo de consulta</p> <p>Participação efetiva nos planos de manejo.</p> <p>Recategorização do PARNA Superagui para RESEX. Elaboração de Plano de Uso Tradicional (PUT), com o MP, para garantir o território da comunidade tradicional enquanto tramita a recategorização.</p>
	<p>Educação</p> <p>Fechamento de escolas, obriga as famílias dos pescadores a se mudarem para cidades, perdendo a identidade.</p> <p>Escolas não valorizam a cultura dos pescadores tradicionais. Exemplo: No Paraná o fandango é considerado como folclore e não como cultura.</p>	<p>Manutenção das escolas nas comunidades dos pescadores artesanais, independentemente do número de alunos. Ver Lei 12.960</p> <p>Ensino diferenciado que valorize a cultura local (manifestações artísticas e práticas ligadas à agricultura e pesca – como fazer uma roça, coivara, mutirão, petrechos). Exemplo da escola indígena, escola das águas – prática pedagógica que mantenha viva a identidade dos pescadores.</p>

ÁREA GEOGRÁFICA	PROBLEMA	DEMANDA
SUL – SUDESTE	Comunidades não estão incluídas nas cartas Náuticas	Exigir da Marinha que inclua as comunidades de pesca artesanal nas Cartas Náuticas.
	Alto custo da documentação das embarcações	Capitania dos Portos reconheça a realidade diferenciada dos pescadores artesanais. Redução do custo da documentação das embarcações.
	Licença para pesca. Necessidade de pedir várias licenças para cada petrecho (burocracia)	Criação de licença única para pesca artesanal. Reconhecendo que a pesca artesanal utiliza múltiplos petrechos.
	Falta de um espaço dentro da Articulação para a discussão das demandas das mulheres pescadoras	Criar espaço e encaminhar as demandas das mulheres dentro da Articulação
	Falta de acesso à energia elétrica. No Paraná oito comunidades que estão dentro do PARNA estão sem energia (a energia passa a 200 metros de distância). Em Minas Gerais, as comunidades da região de Januária não têm energia.	Acesso à energia elétrica
	IN 12 – restrição à pesca artesanal até 1 milha náutica da costa	Várias entidades já encaminharam pedidos de alteração nos estados. Fazer uma proposta conjunta para ganhar força. Observando as especificidades da pesca artesanal em cada estado, e cuidando para não permitir a pesca industrial se aproximar.

	LOCALIDADE	PROBLEMA	DEMANDA
MINAS GERAIS	Comunidades: Cana Brava, Cabaceira (Itacarambi); Caraíbas; Barrinha; Sangrador Grande; Gambeleira; Ilha de Maria Preta	Expulsão das famílias tradicionais por fazendeiros que alegam reintegração de posse. (P.ex. Comunidade Cana Brava foram expulsos no ano passado, demolição das casas e destruição das plantações). Descaso da SPU.	Reconhecimento do território tradicional, incluindo a reintegração de posse em favor das comunidades expulsas
		Proibição da pesca Pirá e surubim também conhecido por bicudo) mas não foi feita pesquisa para saber se está em extinção	Antes da proibição deve ser feita pesquisa para avaliar a condição da espécie
		Agressividade e abuso da fiscalização (polícia ambiental estadual) com os pescadores artesanais. Nem todos os pescadores tem os barcos registrados na capitania, mesmo os barcos de até 5 metros tem documentação exigida	Denúncia.
		Proibição da pesca com rede de caceio de malha menor que 14mm	Diminuição da malha permitida para pesca de caceio, 13 mm.
	25 de janeiro de 2019, barragem do Feijão – Brumadinho	atingidos pescadores artesanais que atuavam no Rio Paraopeba, altura de brumadinho e pequenos agricultores e quilombolas.	Com a participação dos pescadores de Brumadinho e com trabalho de campo foi elaborado o DOSSIÊ INTITULADO IMPACTOS DA MINERAÇÃO NA VIDA DE PESCADORES ARTESANIS DO RIO PARAPEBA - BRUMADINHO (MG) que deu suporte ao MPF MG, que em 2021, por meio de Termo de Ajustamento de conduta com a empresa Vale S.A, o governo de Minas Gerais, o MPMG e movimentos sociais, garantiu a mitigação aos pescadores artesanais, dentre outros grupos

	LOCALIDADE	PROBLEMA	DEMANDA
ESPÍRITO SANTO e MINAS GERAIS	Áreas Impactadas Pelo Desastre-Crime da Samarco	Atendimento precário à saúde. Falta de médicos, exames feitos em locais inadequados (atendimento ginecológico em cozinha)	Atendimento adequado à saúde.
	Distrito de Regência: Areal (comunidade pesqueira), Entrerios	Contaminação das águas (mar, rios e lençóis freáticos). As áreas dos rios com pouca correnteza (rio Riacho, rio da Barra do Sai, Reis Magos) são invadidas na maré alta com a água contaminada do mar.	SAMARCO deve remover todo o dejetos jogado no rio
	No lado norte Povoação do Rio Doce, Mossoró, Zacarias, Cacimbas, Degredo.		
	Distrito Pontal do Ipiranga: Barra Seca,		Pesquisa sobre situação do pescado
	Município São Mateus: Urussuquara, Campo Grande, Barra Nova Sul, e Barra Nova Norte.	Destruição dos manguezais, destruição das áreas de cultivo de subsistência e comercial.	Pesquisas sobre impacto na saúde das pessoas
	Baia de Vitória: município de Aracruz e outros	Contaminação das pessoas: trabalhadores, moradores e consumidores. Morte de pessoas e animais. Acabou com o sustento das famílias (agricultura e pesca)	
	Áreas indígenas: Cairá Velho, Puquiri, Reserva de Comboios		
Áreas dos Quilombolas: região do Degredo	Impacto sobre as crianças: não estão aprendendo na escola	Atendimento psicológico nas escolas	
ESPÍRITO SANTO * Falta levantar os problemas e demandas do sul do estado		Tem um projeto do IEMA e IBAMA para proibir o uso da redinha.	Continuidade da permissão do uso da redinha na captura do caranguejo.
		O defeso do robalo proíbe o uso de redes, obrigando os pescadores a comprarem redes para usar só por dois meses	Permitir a rede 0,50 0,60 para a pesca no rio.
		1 milha náutica. Há uma restrição de limite, mas que não especifica a embarcação	Bote boca aberta, até 10 metros.
		Em função do desastre da SAMARCO a pesca foi proibida até 20 metros de profundidade. Mas a costa vai 12 a 14 para barranco.	
	LOCALIDADE	PROBLEMA	DEMANDA

ESPÍRITO SANTO * Falta levantar os problemas e demandas do sul do estado		Portaria da andada do caranguejo, a data da portaria não coincide com a andada do caranguejo.	Monitoramento para melhorar a definição das datas da andada. O pescador pode contribuir para melhorar.
		Não há pagamento de seguro defeso para a andada do caranguejo	Pagar seguro defeso para o período de andada do caranguejo.
RIO DE JANEIRO	Baía de Sepetiba	Criminalização dos pescadores em relação à mortandade de botos	
		Impactos na pesca artesanal dos empreendimentos (destruição dos manguezais, contaminação)	Querem que o replantio do mangue seja feito na Baía de Sepetiba (compensação ambiental seja realizada no local do impacto)
		Impactos cumulativos de vários empreendimentos	Criação de Fundo financiados pelas empresas para compensar o impacto acumulado
		Licenciamento: promessas de emprego não beneficiam a população local	
		Medidas compensatórias: não beneficiam os atingidos	Elaboração de protocolos para definir que tipo de estudos deve ser feitos no licenciamento, e como a população deve ser consultada.
	Região litorânea fluminense	Período do defeso do camarão inadequados	Pesquisa para revisão do defeso do camarão em algumas regiões do rio de janeiro. Regularizar a malha de rede para pescar o camarão. Pesquisas devem considerar especificidades das diferentes regiões do estado, Lagoa de Araruama)
		IN 12 (artigo 6) 1 milha náutica	Adequar com a pesca artesanal do estado
	Baía da Ilha Grande	Restrição da pesca artesanal na Ilha Grande devido a criação de UC	Revisão do Plano de Manejo.

	LOCALIDADE	PROBLEMA	DEMANDA
SÃO PAULO		<p>Planos de manejo que já vem prontos – de cima para baixo e a toque de caixa, atropelando a participação popular.</p> <p>Planos de manejo definem os apetrechos sem considerar a realidade da pesca artesanal (exige o uso de rede de 1 a 4 metros de altura)</p> <p>As regras dos Planos de Manejo não reconhecem a diversidade da pesca artesanal ao longo da costa</p> <p>Proibição de petrechos de pesca. A pesca de emalhe é proibida na primeira milha náutica.</p>	<p>Reforçar o regulamento da IN 12-2012, que regula que os planos devem ser feitos com a participação dos pescadores.</p> <p>Criar protocolos de consulta.</p> <p>Criação de regras diferenciadas para região da APA Litoral Centro e APA Litoral Sul.</p> <p>Redução da distância de 1 milha náutica (No caso da ESEC da Jureia a distância de 200 metros não é suficiente, falta saber a distância ideal para Iguape)</p> <p>Já foi encaminhado pedido uma autorização para os pescadores da região de Peruibe para pescar sem restrição de distância.</p>
	Área costeira de todo o estado	Falta de continuidade das políticas públicas municipais (em função das mudanças de governo)	Apoio ao projeto de Economia Solidaria – exemplo beneficiamento de pescado, artesanato, comercialização, venda direta, gastronomia, apoio para acesso aos mercados institucionais (PNAE)
		Falta de estrutura para desembarque e manutenção das embarcações (porto píer). Hoje o pescador tem que pagar a puxada.	Instalação de estaleiro e rampa pública
		IN 12 – 6mm a 14mm	Pesca do bagre a partir da malha 14mm

	LOCALIDADE	PROBLEMA	DEMANDA
SÃO PAULO		Generalização das regras, a partir da IN 12, sem considerar as especificidades de cada região.	Pesquisas levando em consideração as especificidades de cada região.
			Pesquisa para saber os impactos da pesca com rede três malhos, feitiçeira.
		IN 12 – Limite de 1 milha náutica. Obriga o pescador com embarcação pequena r	
	Área costeira de todo o estado	Inadequação dos períodos de defeso. Pesquisas desatualizadas, e sem considerar especificidades de cada região. Manjuba, Camarão, Bagre. A pesca da manjuba coincide com a presença dos juvenis dos bagres.	Revisão dos períodos do defeso. Proposta de automonitoramento
		Falta de fiscalização	Fiscalização da pesca industrial
		Falta de fiscalização e monitoramento	Monitoramento do desembarque pesqueiro da pesca industrial (bagre) e Cadastro das embarcações
PARANÁ		ICMBio exige que os pescadores doem o pescado do experimento de cerco fixo com bambu, e exigência de mudar o acordo para termo de compromisso	Possibilidade de venda do pescado do cerco fixo.
		Proibição da pesca de irico pela Portaria 12, com rede de irico (rede cortinado “malha 0”)	Liberação da pesca de irico, que é uma da prática tradicional dos pescadores, de dia 1 de novembro a 30 de maio, com rede cortinado
		Proibição da pesca artesanal a menos de 1 milha náutica da costa	Redução da distância de 1 milha náutica para pesca para 400 metros para embarcações de boca aberta, até 7 AB, motor de no máximo 60 HP, de boca aberta, sem geladeira e sem convés.

	LOCALIDADE	PROBLEMA	DEMANDA
PARANÁ		Instalação de grandes empreendimentos: Ampliação do Porto de Paranaguá e Porto do Pontal do Paraná	Recusa destes projetos. "Nem um Porto a Mais"
	Toda a costa	Restrição de Malha para rede de emalhe (mínima 6mm máxima 14mm Embarcações de 20 AB não	Na costa do Paraná que a embarcação da pesca artesanal seja de até 7 AB, motor de no máximo 60 HP, de boca aberta, sem geladeira e sem convés. Tamanho de malha de rede de até 30 mm.
		Proibição do cerco artesanal fixo	Liberação do cerco fixo artesanal (como ocorre em São Paulo)
		Proibição do uso das redes de fundeio (a menos 50 metros de distância) (IN 12)	Liberação do uso das redes de fundeio nos pesqueiros, independente da distância.
		Proibição da pesca nos rios	
		Proibição do uso lacinho e da redinha na pesca do caranguejo uça	Liberação destes petrechos na captura do caranguejo.
		Revisão da proibição da captura do caranguejo uça. Atualmente a captura é liberada de 1 de dezembro a 15 de março	Proibição da captura do caranguejo durante a andata. E extensão da liberação para o período de 1 de dezembro a 30 de março.
		O calendário do defeso Camarão branco precisa de revisão. Atualmente é do dia 15 de dezembro a 15 de fevereiro.	Mudança do defeso para 15 de outubro até 15 de janeiro para as áreas dentro da baía.
		Defeso do camarão sete barbas	Estender o defeso de 1 de março a 30 de junho
		Proibição do uso do puçá. Tem comunidades artesanais que usam a gaiola para pescar (puçá) para pescar baiacu	Permitir o uso do petrecho para a pesca do baiacu.